

Câmara vota uso de focinheira em cães de grande porte; veterinário vê falhas no texto

Medida ignora cães de porte médio reativos e penaliza raças dóceis, alerta especialista

Por **Moara Semeghini**

A Câmara Municipal de Campinas vota nesta segunda-feira (10), em primeira discussão, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 279/25, de autoria do vereador Otto Alejandro (PL), que torna obrigatório o uso de focinheira para todos os cães de grande porte em locais públicos. A proposta enfrenta forte contestação de especialistas, que apontam que um projeto dessa natureza deveria ter sido construído com o auxílio técnico da classe veterinária ou em conjunto com o Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV-SP), que possui delegacia regional no município. A ausência dessa consultoria técnica na redação, segundo profissionais da área, resultou em um texto com falhas e distorções práticas.

O projeto estabelece penalidades severas, com multas de 300 UFICs e até 1 mil UFICs em caso de ataque a pessoas. Na justificativa, o autor cita episódios recentes de ataques na região para defender a responsabilização dos tutores.

Para o médico-veterinário Paulo Jorge, que atua em Campinas, a elaboração de projetos sobre manejo e comportamento animal exige o respaldo de quem vivencia a rotina da medicina veterinária no muni-



Otto Alejandro (ao centro): autor do projeto que torna obrigatório o uso de focinheira para cães de grande porte

cípio. “A lei precisa ser escrita pelo menos com o auxílio da classe veterinária ou junto do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Campinas, no qual existe uma delegacia aqui na cidade”, defende o profissional, ressaltando que a falta de critério técnico compromete a eficácia da legislação.

“A respeito de cães agressivos, quanto maior o cão, maior é a resposta a um possível ataque, como ocorre com Rottweiler, Pastor Alemão, Fila Brasileiro e Weimaraner, que são mais reativos a uma agres-

são. Porém, existem Golden Retrievers e Labradores, que são de grande porte, e também podem apresentar reatividade, mas em geral são mansos. Colocar todos os cães de grande porte na mesma regra é extremamente complexo”, explica Paulo Jorge.

O especialista ressalta a lacuna deixada em relação a cães de porte médio e às raças com histórico de força física: “O Pitbull e o Bull Terrier, por exemplo, são considerados por muitas classificações como cães de porte médio. Todos esses cães

da linha bull deveriam ser nominalmente citados se a intenção fosse regradar raças específicas. O Pitbull atende a muitas famílias de forma dócil, mas a população de cães mantida em condições precárias acaba se tornando agressiva ou reativa”, pondera o veterinário, destacando que tutores conscientes acabam penalizados por uma lei imprecisa.

A avaliação do especialista para uma política pública efetiva inclui: obrigatoriedade de adestramento para raças específicas e grande porte; re-

gulamentação dos serviços de adestramento: o serviço deveria ser prestado por escolas ou profissionais formalizados, garantindo a qualidade da instrução técnica; microchipagem e castração obrigatórias: medidas de controle populacional e identificação individual que deveriam constar em lei municipal para responsabilizar diretamente o tutor em caso de incidentes, sem a necessidade de patrulhamento ostensivo contínuo; programas públicos de adestramento e conscientização: a Prefeitura deveria oferecer assessoria ou apoio a programas de adestramento voluntário para cães com e sem raça definida.

MAUS-TRATOS

Na mesma sessão ordinária, os vereadores votam em definitivo (2ª discussão) o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 194/25, assinado pela Comissão de Constituição e Legalidade a partir de proposta original do vereador Hebert Ganem (Podemos).

O texto proíbe a nomeação e investidura em cargos, empregos ou funções públicas na Administração Municipal de Campinas de pessoas que tenham sido condenadas pelo crime de maus-tratos a animais, com trânsito em julgado, até o efetivo cumprimento da pena.

Trem Intercidades: obras avançam entre Jundiaí e Campinas

Da **Redação**

As obras do Trem Intercidades (TIC) Eixo Norte avançam em ritmo acelerado no trecho entre Campinas e Jundiaí. Com investimento total estimado em R\$ 14,2 bilhões, o empreendimento, sob gestão da concessionária TIC Trens, viabilizará o primeiro trem expresso de média velocidade do Brasil, além de um trem intermetropolitano e a modernização da Linha 7-Rubi.

Nesta primeira fase, as frentes de trabalho concentram-se no trecho entre Cam-

pinas e Jundiaí. As equipes executam serviços de montagem de canteiros e áreas de apoio, terraplenagem, contenções, preparação do terreno, remoção de interferências e a construção de uma passagem inferior sob a via férrea para a transposição de veículos.

Nesta sexta-feira (7), o canteiro recebeu uma visita técnica de acompanhamento com a presença de profissionais e engenheiros do Governo do Estado de São Paulo para visitar o andamento das intervenções. “O avanço das obras



TIC Trens acelera trabalhos da primeira etapa do projeto

do TIC Eixo Norte e do TIM demonstra o compromisso da TIC Trens em estruturar um sistema ferroviário moderno, seguro e integrado no estado de São Paulo”, destaca Pedro Moro, diretor-presidente da TIC Trens.

TRÊS EIXOS PRINCIPAIS

O projeto sob gestão da TIC Trens contempla três eixos principais de mobilidade: Trem Intercidades: serviço expresso com mais de 100 km ligando Campinas à capital paulista.

Com composições para até 860 passageiros e velocidade máxima de 140 km/h, o percurso será realizado em cerca de 64 minutos. A operação está prevista para começar em 2031; Trem Intermetropolitano (TIM): serviço regional parador de 44 km entre Jundiaí e Campinas, com estações intermediárias em Louveira, Vinhedo e Valinhos. O tempo estimado de viagem é de 33 minutos, com início das operações previsto para 2029; Linha 7-Rubi: mo-

dernização completa da linha metropolitana já existente, incluindo adequação de estações, renovação da via permanente, melhorias no sistema de sinalização e incorporação de novas composições.